



Medievalis

v. 13, n. 1 (2024)

Do latim à gramatização da língua portuguesa: a língua como companheira do império

| 1

Raquel Marques da Silva Lagoa¹

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de analisar o processo de gramatização do vernáculo português, ocorrido durante o Renascimento, e a sua relação com o ideário linguístico do emergente reino de Portugal, a saber, de que a língua é companheira do império. De fato, pretendemos discutir a relação entre dominação política e a imposição da língua, questão que tem fomentado estudos no âmbito da Historiografia da Linguística, Política e Contato Linguístico. Para esse fim, tencionamos traçar um breve histórico sobre o período de ascensão e declínio do Império Romano na Península Ibérica, com o intuito de entendermos a história do estabelecimento do vernáculo português como língua de cultura, processo iniciado por meio da sua gramatização, em 1540 com a publicação da Grammatica da Língua Portuguesa de João de Barros (1496 – 1570). Pretendemos, portanto, traçar o percurso do latim, desde a chegada dos romanos na Península Ibérica no século III a.C., perpassando a chegada dos árabes, o movimento de Reconquista, acarretando a expansão do território português em direção ao sul, e, subsequentemente, o estabelecimento do vernáculo português.

Palavras-chave: gramatização; ideário linguístico; política; latim; língua

Abstract: This article aims to analyze the process of grammatization of the Portuguese vernacular, which occurred during the Renaissance, and its relationship with the linguistic ideology of the emerging kingdom of Portugal, i.e., that the language is a companion of the empire. In fact, we intend to discuss the relationship between political domination and the imposition of language, an issue that has fostered studies within the scope of Historiography of Linguistics, Politics and Linguistic Contact. To this end, we intend to provide a brief history of the period of rise and decline of the Roman Empire in the Iberian Peninsula, with the purpose of understanding the history of the establishment of the Portuguese vernacular as a language of culture, a process that began through its grammatization in 1540, with the publication of Grammatica da Língua Portuguesa by João de Barros (1496 – 1570). We therefore intend to trace the course of Latin, from the arrival of the Romans in the Iberian Peninsula in the 3rd century BC, through the arrival of the Arabs, the Reconquista movement, leading to the expansion of Portuguese territory towards the south, and subsequently, the establishment of the Portuguese vernacular.

Keywords: grammatization; linguistic ideas; policy; latin; language.

¹ Mestra em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Programa de Pós-graduação em Letras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7748195105612813>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-1247-715X>

E-mail: raquelmarques2004@gmail.com





1. Introdução

A história política de uma nação se encontra em estreita relação com sua história linguística. Essa premissa se confirma com a célebre frase de Antonio de Nebrija que, ao escrever o prólogo de sua *Gramática Castellana* (1492), declarou que “siempre la lengua fue compañera del imperio; et de tal manera lo siguió, que juntamente comenzaron, crecieron et florecieron, et después junta fu ela caída de entrambos” (Nebrija, 1492, p. 2 *apud* Leite, 2007, p. 145).

Dessa forma, ao analisarmos a ascensão e declínio do Império Romano (IR), processo que veio acompanhado do desenvolvimento e da consolidação dos vernáculos como línguas de cultura escrita, temos como objetivo discutir como essa relação entre língua e política pode ser comprovada por meio da produção das gramáticas vernaculares durante o Renascimento. A partir de agora, portanto, delineamos o trajeto histórico de Roma na Península Ibérica a fim de compreendermos o processo de instituição e sistematização do vernáculo português no ocidente.

2. Os romanos na Península Ibérica

Os romanos chegaram à Península Ibérica por volta do século III a.C., onde encontraram os bascos e iberos que coexistiam com os ceutas, povo que lá se instalou no século V a.C. Mais tarde, com as guerras púnicas, os cartaginenses se apoderam da região, provocando a reação dos romanos que invadiram a península e os venceram.

A partir desse momento, os romanos empreenderam uma política de dominação que perpassou o âmbito militar. Segundo Botelho (2013, p.3), eles

ampliaram o território, conquistando toda a faixa ocidental da Ibéria e impuseram o latim aos povos conquistados. Para isto [...] introduziram costumes de civilização que não eram conhecidos, abrindo escolas, construindo estradas, templos, organizando o comércio, o serviço de correio e outros. Impuseram com rigor o uso do latim nas transações comerciais e nos documentos oficiais.

De fato, como pode ser observado, o ideário linguístico da Coroa espanhola, reproduzido acima pelo gramático espanhol Antonio de Nebrija, de que a ‘língua é companheira do império’, advém da política expansionista romana, que foi usado como paradigma pelos emergentes estados absolutistas europeus.





Esse ideário fez com que “o latim, prestigiado como língua oficial, ensinada nas escolas, [pudesse] suplantar as demais línguas faladas pelos peninsulares, que adotaram, por conseguinte, a língua do povo dominador”. (Botelho, 2013, p.3)

Em seu artigo “Origens remotas da unificação da língua italiana: qual a influência da experiência com a língua latina”, Evaristo (2021, p. 165) indicou que “os romanos empreenderam um processo de constantes e sucessivas guerras e dominação dos povos vizinhos, aumentando cada vez mais seu território, poder e posição política”, apontando que essa dominação foi empreendida não só pela força militar, mas também pela imposição de seu modo de vida, incluindo, portanto, a sua língua, conforme exposto anteriormente.

Decerto, a ideologia que embasava a política romana era a de difundir o *romanitas*². Dessa forma,

[a]ssegurar o seguimento dos costumes romanos, era, também, uma maneira de preservar a unificação de todo o território. Não mais importava a língua dos habitantes, viajantes e escravos dominados; não mais importavam seus costumes, crenças e religiosidades; importava apenas que todos se adequassem ao *modus romanum*, participassem da organização política colocada e que, à época, falassem o latim. (Evaristo, 2021, p. 166)

Portanto, “a imposição do latim era vista não apenas como uma necessidade administrativa, mas como uma honra militar” (Evaristo, 2021, p. 168). Diante desse contexto, podemos observar nas gramáticas latinas um caráter pedagógico que visava a ensinar a língua não somente à elite romana, mas também à elite dos povos conquistados, que, através da ideologia de superioridade romana, considerava além de honra, sinal de *status* aprender o latim clássico falado e escrito. Na realidade, era a aristocracia que aprendia o latim, o que se comprova pelo baixo índice de alfabetização no IR. É interessante notar que, nesse período, a grande maioria da população utilizava o latim vulgar, língua bem diferente do latim descrito das gramáticas, na comunicação cotidiana visto que o acesso à educação era privilégio de poucos.

Diferentes de outros povos imperialistas que conquistavam apenas através da força, os romanos, cuja história era conhecida pelos portugueses, informação essencial para que se entenda o processo de gramatização de nossa língua, deixaram claro o papel sociointeracional da língua latina. Era preciso utilizar o latim para progredir na sociedade. Esse interesse de ascensão social provocou o que Veyne (2009, p. 79 *apud* Evaristo 2021,

² Modo de vida romano.





p. 169) classificou como “sincera adesão” à língua latina: “o latim era a língua em que a vida acontecia, em que o Império Romano se comunicava, em que as pessoas compravam, vendiam, discutiam, pesquisavam, namoravam e se casavam” (Evaristo, 2021, p. 170). Dessa forma, falar e entender o latim tornou-se uma necessidade para quem desejasse ascender socialmente. Como Trifone (2009, p. 18 *apud* Evaristo 2021, p. 170), declara,

[a] língua dos dominadores foi adotada gradualmente pelos povos subjugados, não por efeito de disposições da lei ou de procedimentos coercitivos, mas como consequência natural de um complexo de fatores que dizem respeito à hegemonia de Roma: [...] do prestígio social da classe dirigente romana à difusão da civilização latina por meio do sistema escolar.

No entanto, não podemos desconsiderar o fato de que essa “adesão” ao latim, por parte dos povos conquistados, não se deu de forma plena. Embora a vida social, política e econômica tivesse o latim como língua de uso padrão, isso não impedia os povos de usarem suas línguas e cultura na vida particular: “o fato de [...] ser conquistado e politicamente dominado por um Estado cuja língua é outra não significa obrigatoriamente que as pessoas abandonem a sua língua original nem mesmo a longo prazo” (Janson, 2015, p. 109). Sendo assim, o que se via era a coexistência do latim com muitos dialetos, uma vez que “publicamente, [as pessoas] agiam como romanos e, privadamente, conservavam seus traços identitários” (Evaristo, 2021, p. 175).

Esse fato fez com que houvesse uma preocupação em se “proteger” a língua latina de “interferências” de outras línguas e, conseqüentemente, de outras culturas. Quaisquer ameaças ao *romanitas* deveriam ser combatidas e, em decorrência disso, quanto à essa pretensa ameaça linguística, vemos uma preocupação com o uso da norma culta padrão do latim. Essa questão se torna evidente na composição das gramáticas latinas, cujo foco, segundo Vieira (2018, p. 10), era “ensinar um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas corretas e legítimas”. Nesse sentido, é importante destacar, mais uma vez, que, quando falamos do ensino da língua latina, ele estava relacionado à educação das elites, uma vez que, as classes menos abastadas, portanto, sem acesso à educação formal, utilizavam o latim vulgar no seu cotidiano.

A relação entre língua e *status* social se mostra ainda mais evidente quando levamos em conta a existência de duas modalidades de latim: o *clássico* e o *vulgar*, cujos critérios de classificação estão relacionados ao seu propósito linguístico e aos seus usuários. Como Assis (2011, p. 8) descreve,

[o] latim clássico, chamado pelos romanos de *sermo urbanus*, era a língua literária, conservadora e resistente às inovações, que buscava a correção





gramatical e estilística; caracterizava-se pelo apuro do vocabulário e pela elegância do estilo. Conhecida como uma língua artificial e rígida, porém polida e requintada. Sinônimo de prestígio, a língua era praticada por uma elite e usada nas escolas e nas obras dos grandes escritores latinos, como Cícero, César, Virgílio e Horácio.

Por outro lado, o latim utilizado pelo povo, denominado latim *vulgar*, era assim considerado por apresentar variedades linguísticas decorrentes do contato entre os povos conquistados e os romanos, algo que, segundo as elites, deveria ser coibido sob pena de perda de uma suposta ‘pureza’ linguística. Ele

| 5

[e]ra usado pelo povo, sem preocupação com a correção gramatical. Era uma variedade falada que servia de instrumento de comunicação diária, com finalidades práticas e comerciais. Também chamado de *sermo vulgaris*, foi levado pelos soldados, colonos e funcionários romanos a todas as regiões do Império Romano. Sujeito a influências locais de costumes, raças, clima e outros fatores, o latim vulgar veio a fracionar-se em diferentes dialetos, o que resultou, logo a seguir, nas línguas românicas. (Assis, 2011, p.8)

Diante do exposto, o uso de determinada variante do latim por parte do falante demonstrava a sua posição social. Hodiernamente, verificamos essa mesma distinção entre as classes sociais que se desvenda através das escolhas linguísticas de seus usuários, segregando a sociedade entre letrados e não letrados.

A preocupação dos romanos em dominar os povos em todos os sentidos, impondo sobretudo seu modo de vida e sua cultura, nasce de seu pensamento de superioridade diante de outros povos. Embora a princípio “fossem pequenos e sem expressão, os romanos se sentiam um povo superior a todos os outros povos. Tal sentimento fez com que eles se lançassem em um verdadeiro movimento imperialista de dominação de outros povos” (Evaristo, 2021, p. 167), acarretando, como consequência, uma espécie de dominação que abrangia quase todos os aspectos da vida dos povos conquistados, na medida em que, “ao invadir um povo/região, os romanos esforçavam-se para que o domínio não ficasse restrito ao âmbito do poderio militar, mas que pudesse se estender aos aspectos políticos, administrativos, sociais, econômicos e linguísticos” (Evaristo, 2021, p. 168, grifo nosso).

Sendo assim, durante o apogeu do IR, a preocupação em impor o latim aos povos conquistados era a garantia de uma nação sólida, isso porque para os romanos “[n]ão era possível separar o homem romano da língua que falava” (Evaristo, 2021, p. 168). Segundo Janson (2015, p. 108), “[e]m Roma, portanto, o poder do Estado, era aliado íntimo de uma língua, o latim.”





Uma vez que para os romanos a manutenção da hegemonia política estava diretamente relacionada ao domínio em todos os setores, a língua era considerada um instrumento unificador do Império, de modo que durante o apogeu do IR vemos a difusão desse ideário linguístico. No entanto, esse panorama começa a se modificar com o início do processo de declínio do IR confirmando assim a premissa dos reis de Leão e Castela.

Com o declínio do IR e início do longo processo de formação dos Estados modernos, ainda na Idade Média, esse cenário de dominação no âmbito linguístico começa a se modificar, de modo que, durante esse período no reino de Portugal, o latim passa a conviver com o português, em uma relação de hierarquização, conforme relata Schäfer-Prieb (2019, p. 81),

[t]al como nos demais países românicos, em Portugal, na Idade Média, havia uma situação de diglossia, em que o latim, a língua escrita quase exclusiva, representava a *high variety* e o português, como principal meio de comunicação oral, a *low variety*.

Essa diglossia, “situação de bilinguismo ou bidialetalismo, em que há diferença de status sociopolítico entre as duas línguas ou dialetos³”, se torna evidente visto que apenas uma minoria da população usava o latim e, ainda assim, com diferentes variantes, restritas, principalmente, à língua escrita. O latim de outrora não mais existia, passando a ser ensinado e considerado como uma espécie de língua estrangeira visto que, nesse momento, a língua utilizada, até em certos documentos, era o galego-português, resultado da expansão territorial dos portugueses em direção ao sul, movimento que ficou conhecido como Reconquista Cristã⁴.

3. Os árabes e o Movimento de Reconquista

Após a queda do IR, vários povos invadiram a Península Ibérica, entre eles os visigodos e os árabes que, embora tenham tornado a sua língua oficial, não coibiram o uso do latim. Como relata Botelho (2013, p.5),

[o]s árabes eram um povo de alto nível cultural e de civilização, viveram por mais de sete séculos na península e, não obstante, não exerceram grande

³Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

⁴ Movimento conduzido pelos cristãos que teve início ao norte da Península Ibérica no ano de 718. “Esse movimento foi alastrando-se para o sul, através das cruzadas – lutas para expulsar os mouros, os muçulmanos, da Península Ibérica -, recuperando os territórios perdidos que originaram os reinos de Leão, Castela e Aragão. Muçulmanos e cristãos desencadeiam uma guerra religiosa durante sete séculos de ocupação. (711 a 1492).” (Assis, 2011, p.7)





influência na língua portuguesa; a influência da língua árabe verifica-se, especialmente, no léxico.

No entanto, a sua permanência na Península Ibérica e consequente propagação da religião muçulmana fez com que surgisse um movimento em busca da reconquista dos territórios cristãos ocupados por eles. Segundo os cristãos, era preciso conter o avanço da cultura e da religião árabes e restabelecer a fé Cristã.

Esses cristãos, que partiram do Norte para o Sul, conquistando terras e expulsando os mouros, levam consigo um romance latino cristão – o galego-português –, que se encontra com o moçárabe mais tarde, de cujo contato surge a língua portuguesa. (Botelho, 2013, p.5)

Como Assis (2011, p. 14) relata, “[à] medida que o território português se estende em direção ao sul, os territórios ocupados passam a ser habitados por colonos do norte, que trazem consigo o galego-português”.

Cabe destacar que esse movimento de reconquista cristã se prolongou por um longo tempo e à medida que os cristãos avançavam pelo sul da península, o romance galego-português ia se modificando de modo que o galego passou a ser falado na parte norte do território da Galiza, onde a língua oficial era o espanhol, e o português se concentrou no sul da península, onde o Portugal fincou seu território, no século XIII.

Dessa forma,

[a] separação entre o galego e o português, que começou com a independência de Portugal (1185), vem se efetivar com a expulsão dos mouros em 1249 e com a derrota em 1385 dos castelhanos que tentaram anexar o país. O *galego* absorvido pela unidade castelhana e o *português* tornando-se língua nacional de Portugal.” (Assis, 2011, p.15)

Portanto, conforme nosso intento neste artigo, verificamos que a partir do momento em que Portugal ´começa a se estabelecer como nação independente, a questão da identidade linguística se torna preponderante de modo que o português se distancia do galego até se constituir como língua nacional, embora ainda em coexistência com o latim, língua de cultura e *status* social.

Ao descrever o *status* do português na Idade Média, Marques (1985, *apud* Schäfer-Prieb 2019, p. 82) revela que

[n]os meados do século XIII, o português usava-se já como idioma de muitos documentos públicos e privados. Nos fins do mesmo século, foi oficialmente adoptado como língua escrita do País, substituindo o latim, e rapidamente tomou o lugar deste último, até em documentos eclesiásticos. Se tivermos em conta a época tardia em que muitas línguas vernáculas da Europa foram





adoptadas como idioma oficial, podemos avaliar como o português amadureceu num período de tempo relativamente curto.

Como demonstram os fatos citados, o reino de Portugal, um dos primeiros a se organizar como nação/Estado, é também um dos primeiros países a tornar seu vernáculo idioma oficial, o que, mais uma vez corrobora a premissa de que a relação entre poder político e linguístico é indiscutível, uma vez que Portugal foi um dos primeiros reinos europeus a se organizar como nação com o propósito de empreender a expansão ultramarina.

Não podemos deixar de mencionar, no entanto, que essas mudanças linguísticas, embora tenham ocorrido em um espaço de tempo relativamente curto, não se deram repentinamente: “Essa[s] mudança[s] lev[aram] séculos para se concretizar, cerca de uns trezentos anos, contando desde os primeiros textos escritos, no século XIII, até o século XVI, quando se tem uma produção escrita mais consolidada, pela imprensa” (Sousa & Silva, 2018, p. 11). Ainda assim, as transformações ocorridas no século XVI abarcaram “grandes mudanças sócio-históricas que incidiram diretamente sobre a estrutura da Língua Portuguesa, ratificando que a história de um povo se reconhece a partir da história de sua língua” (Sousa & Silva, 2018, p. 20).

4. A gramatização do vernáculo português

Vieira (2018), a título de exemplificação, ao comentar esse processo de estabelecimento dos vernáculos como língua de cultura, mostra como se deu a perda de espaço do latim para os vernáculos no cotidiano das pessoas:

Entre as obras gramaticais escritas em latim e apresentadas [...] vinte são datadas do século XVI, dezoito, do século XVII e apenas doze do século XVIII. Esse declínio sugere que a proposta iluminista de vulgarização do saber começava a se tornar possível, à medida que se valorizava uma escrita mais próxima dos falares do povo. (Vieira, 2018, p. 100)

Conforme observado, levou um longo tempo para que o vernáculo português se estabelecesse como língua de cultura, ainda no século XVIII a produção de textos em latim ainda era bem representativa.

Sendo assim, no que tange à relação entre língua e poder político podemos inferir que enquanto o IR vivia o seu esplendor, havia um ideário linguístico com vistas a coibir





qualquer tentativa de corromper a língua latina, considerada pura e, portanto, sinal da unificação e força do império:

As variações existiam, mas eram silenciadas e incorporadas ao próprio latim. As diferenças dialetais eram quase nulas, de forma que a língua falada na capital Roma era a língua de uso de todo o Império, o que demonstra ainda a posição incontestável de Roma em sua época. (Evaristo, 2021, p. 172)

No entanto, à medida que Roma foi perdendo seu poderio, essa situação se refletiu no controle linguístico que era exercido sobre os povos conquistados. Já se notava a circulação de variantes, que eram usadas no comércio, na administração e na Corte Portuguesa. Conforme demonstrado, a política em prol da homogeneização da língua com vistas à unificação e consolidação de Roma era muito forte, no entanto, durante o seu declínio, constata-se um enfraquecimento dessa política de unificação do IR através da língua.

Retratando esse panorama, Mattos e Silva (2001, p. 33), em seu artigo “Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico”, nos mostra que no reino português, nesse período, embora a língua de ensino ainda fosse o latim, “aos poucos, o português começa a ser língua de ensino, alargando o âmbito dos receptores da documentação escrita em vernáculo.”

O ideário linguístico do IR em seu período áureo, centrado na dominação militar empreendida também através de imposição da língua, foi se distanciando do que ocorria durante o seu declínio, período em que o latim passa a coexistir com outras línguas. De fato, durante o seu apogeu,

[o] Império tentava manter a integridade de sua língua oficial, sufocando as tendências locais por meio da força⁵. Com o seu declínio, não há mais como se manter a pretensa unificação da língua, sucumbindo o latim corrente às forças centrífugas, ou seja, às inovações oriundas do processo evolutivo⁶ pelo qual passam as línguas. A partir deste momento, os falares locais adquirem autonomia e passam a evoluir isoladamente, respeitando as particularidades de cada povo, até resultarem nos chamados *romances* e, posteriormente, nas línguas neolatinas. (Silva, 2008, p. 114)

Assim, depreendemos que, como Silva (2008, p. 116) ratifica,

⁵ Não somente pela força, pois, segundo Evaristo (2021, p. 170), havia “uma ‘sincera adesão’ dos povos dominados ao *modus romanum*, ele indica como, efetivamente, eles desejavam fazer parte do Império.”

⁶ No que se refere ao uso da palavra *evolução*, tomaremos por acepção a ideia de *continuidade* por entendermos que, de acordo com os pressupostos da HL em relação ao pensamento científico, não há “a perspectiva de um progresso contínuo no tempo e própria de uma visão historiográfica positivista, que vê a ciência como um perpetuo evoluir. O desenvolvimento da ciência conta com períodos de continuidades e de descontinuidades, retomadas e rupturas” (Kaltner, 2023, p. 188).





pode-se, com efeito, concluir que divisões políticas geram, impreterivelmente, divisões linguísticas; o que pode ser endossado a partir da observância de como se deu o processo de evolução das línguas nestas regiões politicamente demarcadas, das quais se originaram, isoladamente, o castelhano, o catalão e o português.

Nesse contexto, visto que a LP já era utilizada, principalmente na oralidade, sua sistematização tornou-se cada vez mais imprescindível para que ela pudesse alcançar o *status* que o latim tivera, transformando-se, portanto, em objeto de estudo. Dessa forma, assim como os romanos que empreenderam uma política de dominação total, perpassando o âmbito linguístico, o reino de Portugal, tendo o IR como modelo a ser seguido, também passa a ter sua atenção voltada à questão linguística.

Segundo Lima (2008), através do processo de gramatização da LP, a Coroa Portuguesa almejava o emprego de uma política linguística⁷ similar à política de dominação romana, uma vez que os portugueses tinham um forte sentimento nacionalista que vinha acompanhado da questão identitária da nação em formação. Sendo assim,

[é] forte a presença de sua atitude nacionalista e imperialista também em relação aos feitos gloriosos dos portugueses que, assim como os latinos, iam aos poucos conquistando novas terras e agregando novas colônias à metrópole, para as quais a língua portuguesa seria o seu legado, assim como o latim havia sido outrora para eles. (Lima, 2008, p. 55)

O enfraquecimento do poderio militar do IR nos ajuda a entender um pouco sobre o processo de “desenvolvimento” das línguas vernáculas que coexistiram, por muito tempo com o latim, língua de cultura. Segundo Evaristo (2021, p. 175), “[a] unificação de outrora não mais existia e, política e militarmente, a região estava fragilizada. Era o início de um processo de mudanças significativas, com profundas implicações não só para o latim, como para muitas outras línguas”.

Esse processo, que durou muitos séculos, dado que o IR deixou de existir por volta de 476 d.C., foi o embrião do surgimento dos vernáculos neolatinos entre eles a LP, gramaticalizada por João de Barros (JB) através da *Grammatica da Língua Portuguesa*, quase dez séculos depois, em 1540. Durante todo esse período, o latim ainda era a língua de cultura e de ascensão social, fato comprovado por JB ter iniciado a escrita de uma gramática em latim, intitulada *Grammatices Rudimenta* (>1540), a qual ele não chegou a concluir. Ainda nessa questão, Fernandes (2005) em seu artigo “Os Grammatices Rudimenta (>1540) de João de Barros (1496-1562?)” mostra que a gramática era “uma

⁷ Esse termo não se refere ao conceito de política linguística hodierno, mas sim à preocupação de se utilizar a língua como mais uma forma de dominação do Estado, corroborando a premissa de Nebrija.





síntese fundamentada das *partes orationis*, [funcionando como uma] tentativa de melhorar o ensino-aprendizagem do Latim com métodos visuais” (Fernandes, 2005, p. 131-132). É inegável, portanto, que a escrita de uma gramática em latim nem pleno século XVI é evidência do *status* que a língua ainda usufruía na sociedade renascentista.

Deveras, a coexistência do latim com o vernáculo português tornou impreterível a gramatização da nova língua, que passou a ser realizada a partir do paradigma da gramática latina. O latim passou a ser uma espécie de segunda língua, língua dos letrados, estudada nas escolas, ao passo que o novo vernáculo passou a ser descrito nos moldes da gramática latina, utilizando-se dela para adquirir *status* de nova língua. Como aponta Auroux (2014, p. 50), “a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira, em outras palavras, a passagem de uma língua Li⁸ e uma língua Lj⁹, é potencialmente a primeira causa de gramatização (para qualquer uma das duas)”.

De fato, é também por intermédio da relação de proximidade entre as línguas (Li e Lj), com vistas à aprendizagem e divulgação do novo vernáculo, que o processo de gramatização se tornou mais amplo.

É nesse contexto que os gramáticos humanistas, utilizando-se do aparato político do Estado, veem momento propício para o desenvolvimento de uma cultura vernácula que, embora tenha como modelo as fontes clássicas, o grego e o latim, começa a ganhar *status* de língua de cultura. Como Kaltner (2023, p. 118) relata,

com a gramática de língua portuguesa é possível produzir a dialética em língua portuguesa, assim como uma retórica vernácula, renascida da filosofia da Grécia e da oratória de Roma, fundamentos para a criação de uma administração e um Direito modernos em língua vernácula. Na perspectiva humanística, o “falar e escrever correto e justo” não estava apenas vinculado à especulação em língua latina, ou mesmo grega, passaria a ser possível na língua também “colhida do uso”, mas sob a “autoridade” dos humanistas, os doutores em gramática e conhecedores do pensamento humanístico.

Contudo, é preciso reconhecer que esse processo não se deve apenas a fatores meramente linguísticos. Essa relação entre a língua falada nas ruas e a língua usada na administração e cultura já existia há tempos; entretanto, foram os interesses políticos que aceleraram esse processo de gramatização.

No que se refere à questão política, a “expansão das nações acarreta indiscutivelmente uma situação de luta entre elas, o que se traduz, ao final por uma

⁸ Língua materna.

⁹ Segunda língua, nesse caso também poderia ser língua estrangeira ou franca.





concorrência, reforçada porque institucionalizada, entre línguas” (Auroux, 2014, p. 53). Essa concorrência gerou uma corrida em busca da descrição e do ensino dos novos vernáculos que representavam o poderio das nações em recente formação. Assim,

[a] velha correspondência *uma língua, uma nação*, tomando valor não só pelo passado, mas pelo futuro, adquire um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam, em Estados, vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma língua oficial* uma obrigação para os cidadãos. (Auroux, 2014, p. 53)¹⁰

| 12

Assim, com o início do processo de formação dos Estados absolutistas europeus, temos o começo gradual de um processo de gramatização do espanhol, do italiano, do francês e do português, para citar alguns vernáculos, que ocorrem concomitantemente. Esse processo advém do fato de que “um dos principais motivos que levam à gramatização [é] o de valorizar a nação e o Estado¹¹, em sua maioria ainda em formação, através da dignificação da própria língua” (Sousa & Silva, 2018, p. 17).

Nesse período, ocorre a publicação da *Gramática do Castelhana* de António de Nebrija, em 1492, ano de unificação da Espanha, sendo o primeiro estudo gramatical de uma língua românica. A seguir, a gramática do italiano *Regole Dela Língua Fiorentina* (1495), a gramática do francês (1531) *O Lesclarcissement* e a que consideraremos como a primeira¹² gramática do português, a *Grammatica da Língua Portuguesa (GLP)* de João de Barros (1540).

Dessa forma, o *romanitas* foi o modelo almejado pelos portugueses em sua corrida expansionista, que, por sua vez, estava vinculada ao ideário linguístico. Sob essa perspectiva, a sistematização da língua através da gramatização do vernáculo seria um meio de promover “a codificação, a normatização e a dignificação da língua materna dos portugueses, a qual poderia ser posta em regra e adquirir posição de destaque, se burilada de modo semelhante ao seu antepassado clássico, a língua latina” (Vieira, 2018, p. 108). Em vista disso, tendo como aparato ideológico a crença de que o poder do Estado é aliado de uma língua, JB constrói a sua gramática usando o modelo da tradição gramatical latina como arcabouço teórico, visando a institucionalizar uma língua que, embora praticada, não usufruía do prestígio almejado, a saber, a LP.

¹⁰ Embora o contexto ao qual Auroux (2014) se refere seja o do século XIX, já se observava essa relação entre língua e nação em períodos anteriores.

¹¹ Cabe ressaltar que, por não ser escopo de nossa pesquisa, não nos ateremos aos conceitos de nação e Estado.

¹² Em 1536, Fernão de Oliveira publicou a sua *Gramática da Linguagem Portuguesa*, no entanto, por motivos abordados em capítulo posterior, tomamos como referência de primeira gramática a *GLP* de João de Barros)





Quanto ao uso da tradição latina na descrição/prescrição do vernáculo, é possível afirmar que

[a] tradição gramatical latino-portuguesa quinhentista permitiu que o vernáculo passasse a ser utilizado na administração de um reino absolutista, que se tornava mais complexo, com novas possessões ultramarinas que fomentavam um comércio intrincado e globalizado pelas navegações. A obra gramatical prescritiva de João de Barros simplificava e organizava a escrita vernácula, tornando-a eficiente para a sua difusão, podendo ser considerado seu método gramatical como produto da educação humanística e renascentista portuguesa. (Kaltner, 2020, p. 2193)

| 13

Com esse propósito, seguindo os passos de seus concorrentes em sua aventura imperialista, os espanhóis, que tiveram sua língua sistematizada por meio da *Gramática Castellana* de Nebrija, em 1492, o reino de Portugal, compartilhando da ideologia de que a gramatização de uma língua é um dos caminhos para se atingir a unidade nacional, publica a *Grammatica da Lingua Portuguesa* escrita por João de Barros em 1540. Como Humanista Renascentista, JB, ao usar o modelo greco-latino, concretizou

um dos maiores objetivos do humanismo [que] era o de ‘pôr a língua em arte’¹³, de gramatizar o vernáculo para elevá-lo à categoria de língua de cultura, o que correspondia a equipará-lo à ‘língua’, ou seja, ao latim. Logo, se João de Barros não considerou a gramática de Fernão de Oliveira como uma Gramática, talvez porque ela não estivesse alinhada com as categorias do latim, ele, então, tinha de assumir essa tarefa ao escrever o que denominou ‘primeira arte’ da Língua Portuguesa. (Leite, 2008, p. 238)

Constatamos, assim, que não se trata de coincidência as primeiras gramáticas da LP terem sido publicadas no período em que o reino português se lançou como um dos pioneiros nas grandes navegações, dominando parte da Ásia, África e América. Tampouco, a inspiração na tradição gramatical latina se tratou de simples escolha estilística. “A preocupação de João de Barros foi mesmo de ‘pôr a língua em arte’, ou seja, a de aplicar ao português a teoria linguística clássica. Em outras palavras, construir o português à imagem do latim” (Leite, 2008, p. 252). Essa ideologia linguística reflete a “preocupação com a manutenção do antigo como forma linguística mais legítima” (Vieira, 2018, p. 122).

Por conta dessa aproximação do homem renascentista com a tradição clássica, o latim ainda era ensinado nas escolas, uma vez que o ensino da LP estava atrelado aos ensinamentos da gramática latina. Segundo Buescu (1984 *apud* Vieira 2018, p. 115), “logo depois das primeiras letras, o jovem se embrenhava no estudo da gramática latina,

¹³ Nome dado pelos latinos ao que os gregos chamavam de *tékne*, que se referia ao “conjunto de regras que espelhavam a língua correta” (Vieira, 2018, p. 51).





fazendo em seguida a transposição do conhecimento adquirido para o português”. Esse cenário só começa a ser alterado a partir da gramatização dos vernáculos em que se verifica a tendência da LP preceder o latim no ensino.

Portanto, através do estudo historiográfico do processo de instituição dos vernáculos como língua de cultura, tendo como perspectiva o histórico de apogeu e declínio do IR, além de verificarmos a íntima relação entre política e língua, constatamos, também, a importância de se levar em conta fatores extralinguísticos em qualquer análise linguística. Certamente, esses fatores, se considerados, enriquecem o trabalho de análise historiográfica, de modo que podemos atestar que fatores linguísticos, os imanentes à língua, e extralinguísticos, contexto histórico, representam dois lados da mesma moeda.

O declínio do IR resultou na formação e estabelecimento de diferentes nações, entre eles Portugal, criando espaço para o surgimento e consolidação dos vernáculos que, aos poucos, foram se tornando língua de cultura e de ensino.

Dessa forma, assim como no apogeu do IR o latim era a língua absoluta, apesar da existência de variantes, consideradas como um inimigo a unidade do império e, portanto, algo a ser coibido; com o seu declínio e início da formação dos Estados modernos, essas variantes que, mais tarde, se constituíram nos vernáculos, veem caminho propício para sua sistematização e elevação como língua de cultura.

Nesse percurso histórico do Latim à Língua Portuguesa, verificamos a relação simbiótica entre língua e poder político. Durante o processo de unificação do reino de Portugal, que incluiu o avanço dos cristãos rumo ao sul através da Reconquista, consideramos como o latim foi sofrendo as influências das culturas dos povos peninsulares e agregando seus elementos culturais e linguísticos. Esse processo resultou na consolidação e unificação de Portugal como Estado absolutista e concomitantemente no estabelecimento do português como língua nacional.

De fato, o processo de formação de Portugal como nação pode ser descrito através do decurso de consolidação do português como língua oficial. Como Assis (2011, p.15) relata

[a]s primeiras palavras portuguesas surgem por volta do séc. IX, em peças de utilidades, documentos, ou em monumentos. Em galego-português são escritos os primeiros documentos oficiais e textos literários não latinos da região. [...] Os documentos no português antigo começam a surgir por volta do século XIII, no início do reinado de D. Dinis.





O excerto acima retrata o início da Reconquista, quando os cristãos partiram do norte da Península Ibérica em direção ao sul levando o galego-português e, mais tarde, o estabelecimento do português como língua nacional, quando Portugal já possuía o *status* de nação independente. É interessante notar que embora a independência de Portugal tenha ocorrido no século XII, foi no século XIII que os documentos começaram a ser escritos em português. Esses documentos traziam

uma língua mais espontânea e diversificada; [...] muitos apresenta[va]m influência de línguas do norte (leonês), fato explicável por serem desertas as terras reconquistadas e repovoadas por colonos vindos da Galiza. Outros documentos d[ava]m testemunho como o *Testamento de Afonso II* e a *Notícia de Torto*, de 1214, além de testamentos, títulos de venda, foros. (Assis, 2011, p.15)

5. Considerações finais

No decorrer deste artigo, buscou-se comprovar a veracidade da afirmação de Nebrija de que a língua é companheira do império, na medida em que por meio dela se exerce a dominação cultural e ideológica de um povo, aspectos essenciais de quem deseja se reafirmar como nação. Dessa forma, verificamos como o estabelecimento do vernáculo português como língua nacional esteve estreitamente relacionado ao processo de formação dos Estados modernos e à política expansionista portuguesa.

Portanto, levando em conta o fato de que língua e poder político são indissociáveis, torna-se evidente que, em uma análise historiográfica, devemos considerar não só os aspectos linguísticos como também os extralinguísticos, visto serem eles molas propulsoras de fatos da língua, como, por exemplo, o início do processo de gramatização dos vernáculos a partir do Renascimento. Outrossim, entender o contexto histórico em que as línguas se desenvolveram também nos fornece explicações para determinados usos linguísticos, o que não seria possível sem essa abordagem metodológica.

Muito mais poderia ser considerado neste artigo, dada a riqueza desta temática, deixamos, porém, as lacunas que aqui ficaram para que elas se tornem objetos de estudos futuros. Esperamos, portanto, que esse estudo seja um ponto de partida para novas discussões sobre o tema nesta área tão promissora da Historiografia da Linguística.





Referências Bibliográficas

ASSIS, Maria Cristina. História da Língua Portuguesa. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6963916Historiadalinguaportuguesa.html>. Acesso em: 19 de outubro de 2024.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNiCAMP, 2014. (1993)

BOTELHO, José Mario. Breve estudo da origem da língua portuguesa. **Revista Avepalavras**, 2013.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. [S.l.]: [s.n.], 1984b.

EVARISTO, Jefferson. Origens remotas da unificação da língua italiana: qual a influência da experiência com a língua latina? *Medievalis*, v. 10, n. 2, 2021.

FERNANDES, Gonçalo. *Os Grammatices Rudimenta (> 1540) de João de Barros (1496-1562?)*, 2005.

JANSON, Tore. *História das línguas: uma introdução*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

KALTNER, Leonardo Ferreira. 160. O conceito de gramática na obra de João de Barros (1540) à luz da Historiografia Linguística. *Revista Philologus*, v. 26, n. 78, p. 2191-2200, 2020. Suplemento.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Historiografia da Linguística e Gramaticografia: fundamentos teórico-metodológicos. In: WINDLE, Joel Austin; SAAVEDRA, Mônica Maria Guimarães (Org.). *História, política e contato linguístico*. Niterói: EdUFF, 2023. p. 182-212.

LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma*. São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007.

MATTOS, Rosa Virgínia et al. Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 45, 2001.

NEBRIJA, Antonio de *et al. Gramática castellana*. 1744.

SCHÄFER-PRIEB, Barbara. *A Gramaticografia Portuguesa até 1822: Condições da sua gênese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. [S.l.]: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2019.

SILVA, Paulo Vítor Mattos. Do Latim ao Brasileiro: panorama evolutivo da língua portuguesa. *Revista Philologus*, 2008.





SOUSA, Cemary Correia de; SILVA, Jane Keli Almeida da. A língua portuguesa em direção ao século XVI: principais reconfigurações socioculturais. *Mandinga-Revista de Estudos Linguísticos*, v. 2, n. 1, p. 8-23, 2018. (ISSN: 2526-3455).

TRIFONE, Pietro *et al.* *Lingua e identità. Una storia sociale dell'italiano*. [S.l.]: Carocci editore, 2009.

VEYNE, Paul. *O Império Greco-Romano*. Tradução de Marisa Rocha Motta. [S.l.]: [s.n.], 2009.

VIEIRA, Francisco Eduardo. *A gramática Tradicional: História Crítica*. São Paulo: Parábola, 2018.

